

ILURBEDA: A ARA DO FAIÃO (SINTRA, PORTUGAL)

Ricardo Campos

1. INTRODUÇÃO

No Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas encontra-se uma ara dedicada à divindade *Ilurbeda* cuja inscrição (*HEp* 6, 1996, 1061; *RAP* 153) está muito afectada pela erosão, tendo por isso resistido às tentativas de leitura ao longo das últimas décadas. Recentemente, porém, foi objecto de uma inovadora técnica de levantamento fotogramétrico, desenvolvida por Hugo Pires e designada “Modelo de Resíduo Morfológico”, que cria um modelo tridimensional cujo subsequente tratamento cromático permite, em muitos casos, a detecção de elementos gravados que, através das técnicas tradicionais, não são perceptíveis ou destrincháveis dos danos causados por desgaste.¹ Apesar do elevado grau de erosão do campo epigráfico, os resultados deste levantamento e o seu confronto presencial com a ara permitem ao signatário apresentar esta nova proposta de leitura, a qual parece ter suficiente fundamento para ser colocada e considerada.

2. O MONUMENTO

A ara é de dimensões relativamente grandes. A parte de baixo está perdida, apresentando o monumento actualmente 95 cm de altura. Na origem teria por certo mais de um metro (a sua reconstituição para fins expositivos mede 112 cm). Tem ainda 43 cm de largura e 35 cm de espessura. Foi talhada no calcário compactado local utilizado recorrentemente, nesta zona do *municipium Olisiponense*, como matéria-prima para construções arquitectónicas, monumentos funerários e aras votivas (como a presente). Foi encontrada em 1960 no lugar do Faião, Sintra, durante as obras de reconstrução duma arribana (em que surgiu também um monumento funerário em forma de *cupa*, actualmente anepígrafo), e então doada ao Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas, onde se encontra exposta, com a referência F/LR/60/3. O topo é liso, sem vestígios de toros ou fastígios, não sendo todavia possível determinar se a peça seria originalmente assim ou se foi entretanto amputada

¹ Sobre esta nova técnica, ver, por exemplo, Pires *et al.* 2014.



Figs. 1-2. A ara, Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

destes elementos. As letras têm uma altura de cerca de 4,5 cm na primeira linha e 4 cm nas seguintes. Apresenta elevado desgaste erosivo em todas as superfícies, o que sem dúvida indica uma longa exposição aos elementos atmosféricos.

3. A EPÍGRAFE

O verdadeiro problema que a inscrição apresenta é a decifração dos antropónimos, uma vez que o teónimo era já relativamente pacífico, bem como as fórmulas PRO SALVT[E] (publicada em Cardim 1982-83, 438-439) e EX VOTO P[OS(*uit*)], previamente identificáveis. Assim, as linhas 2 e, sobretudo, 4 e 5 da inscrição são as que acarretam maiores dificuldades. A proposta ora apresentada é então a seguinte:

ILVRBEDA[E]
RVTILIA AVIT[A]
PRO SALVT[E]
M(*arci*) GELLI(*i*) HON[O]-
5 RINI FILI(*i*) SV[I]
EX VOTO P[OS(*uit*)]
L(*ibens*) M(*erito*)

“A *Ilurbeda*, *Rutilia Auita*, pela saúde de *Marcus Gellius Honorinus*, seu filho, segundo o voto colocou de bom grado e com razão.”



Fig. 3. Levantamento fotogramétrico da inscrição (da autoria de Hugo Pires).

Vid. na figura 1, uma foto da inscrição tirada com luz rasante; na figura 2 a proposta de reconstituição sobreposta; e na figura 3 um dos tratamentos MRM de Hugo Pires.

4. A ONOMÁSTICA PESSOAL

Algumas considerações devem ser feitas quanto a estes elementos onomásticos. Tanto a *gens Rutilia* como a *Gellia* surgem em poucas epígrafes na *Lusitania*, e ambas parecem pertencer aos ‘fósseis onomásticos’ indicadores de uma proveniência familiar directamente itálica (AALR 409; Navarro 2006, 75; Cadiou e Navarro 2010, 261-263). Além disso, os testemunhos epigráficos de ambas parecem tendencialmente indicar indivíduos de posição elevada.

A *gens Rutilia* surge, no registo epigráfico hispânico, sobretudo na *Baetica*, com frequência associada a indivíduos de alto estatuto social (incluindo um procurador: HEP 5, 1995, 718 = HEP 9, 1999, 510) ou a libertos portadores dos gentilícios dos seus patronos. Na *Lusitania* tem algumas ocorrências no *municipium Olisiponense*, mais notavelmente através de um duúnviro da cidade, ao qual já voltaremos.

A *gens Gellia*, que parece ter um pequeno núcleo de membros em *Tarraco*, encontra-se igualmente em *Augusta Emerita* e na cidade de *Balsa*, na qual também um *Titus Rutilius Tuscillianus* (certamente de família notá-

vel, tanto que o pai e o avô são nomeados por extenso) recebe uma inscrição honorífica, num provável pedestal, por parte de diversos dedicantes, um dos quais *Lucius Gellius Tutus* (este, aliás, um dos dois cuja posição social parece ser mais elevada, sendo os demais possíveis libertos, e todos em provável situação de clientelismo perante o homenageado). A propósito desta inscrição (*CIL* II 4989; *CIL* II 5161; *IRCP* 80) foi já referida a aparente proximidade entre as *gentes Gellia* e *Rutilia* (Dias 1989, 254), que a epígrafe que ora se analisa parece reforçar. Na mesma ocasião se propôs inclusivamente que *Titus Rutilius Tuscillianus* fosse imigrante proveniente de *Olisipo* (Dias 1989, 256). O seu nome é, até, bastante consentâneo com tal hipótese, dada a grande concentração do *cognomen Tuscus*, -a e seus derivados, como é o caso, no *municipium Olisiponense* (ultimamente, Cardim 2013, 373, fig. 2).

Também na Granja dos Serrões, em Sintra, a menos de cinco quilómetros do local de achamento da ara aqui em análise, foi descoberto um cipo prismático com uma inscrição funerária dedicada a *Gellia Grata* pelo seu filho *Gaius Iulius Vrsianus* (*HAE* 2137). É epitáfio datável do séc. II d.C. e o monumento está também actualmente em exposição no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

O mais distinto representante da *gens Gellia* presente na epigrafia de *Olisipo*, que ao mesmo tempo terá certamente uma ascendência familiar da *gens Rutilia*, será então o referido duúnviro, de nome *Marcus Gellius Rutilianus*. É conhecido a partir de três inscrições, apenas uma das quais de paradeiro actualmente conhecido:

CIL II 186 / *EO* 91: Inscrição registada em Xabregas (zona oriental de Lisboa), onde estaria no séc. XVI, dedicada ao imperador Adriano pela cidade de *Felicitas Iulia Olisipo* por mão dos seus duúnviros, *Marcus Gellius Rutilianus* e *Lucius Iulius Auitus*. É datável de 121 d.C.

CIL II 4992 = 5221 / *EO* 72: Inscrição dedicada a *Sabina Augusta*, mulher do imperador Adriano, igualmente pela cidade de *Olisipo* e pelos mesmos duúnviros, do mesmo modo desaparecida, também registada no séc. XVI, na cidade de Lisboa (no Beco do Bugio, no coração da *Olisipo* romana), onde aparentemente ainda se conservava no séc. XVIII. Será genericamente datável da mesma altura da anterior.

CIL II 197 = 5218 / *EO* 83: Provável pedestal de estátua, que estava no Postigo do Arcebispo, perto do Campo de Santa Clara, em Lisboa, e que está actualmente no Museu Nacional de Arqueologia. Tem uma inscrição dedicada a uma flamínica, de gentílico incompleto (talvez *Iulia* ou *Aelia*, entre outras possibilidades) e de *cognomen Vegeta*, pelo marido *Marcus Gellius Rutilianus*, com toda a probabilidade o mesmo das inscrições anteriores.

Quanto aos *cognomina* presentes na ara do Faião:

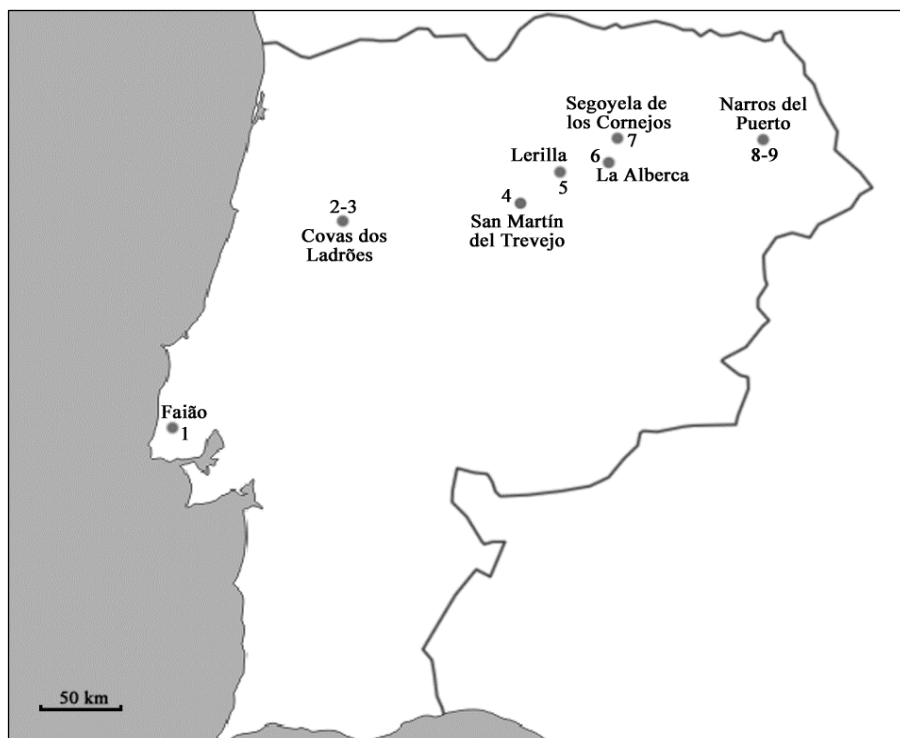
Auita (juntamente com a sua versão masculina, *Auitus*) é *cognomen* comum e perfeitamente latino, com particular popularidade na *Hispania* (Kajanto 1982, 80). Na *Lusitania* é mesmo o mais vulgar (*AALR* 410) e no contexto da *Hispania* no seu todo é o terceiro mais frequente (Abascal 1994,

292-295). A sua grande expressividade na *Lusitania* em particular é evidente no mapa publicado em Untermann 1965, 65. Há, todavia, outras concentrações significativas da ocorrência deste *cognomen* no Império (*OPEL* I 233). Poderemos, talvez, estar aqui na presença de um *Deckname*, um nome que de algum modo disfarça uma relação com a antroponímia paleohispânica (Albertos 1964, 227; Vallejo 2005, 201).

Honorinus é *cognomen* claramente ligado às elites. Na *Lusitania*, além do caso de uma *Honorina* em Villar del Pedroso, surge em Terena, Alandroal, numa inscrição dedicada a *Endouellicus* por um indivíduo de destacado estatuto, que se explicita membro da ordem equestre, *Sextus Cocceius Craterus Honorinus* (*IRCP* 492). Kajanto 1982, 279 menciona apenas quatro homens e três mulheres, além de um pai e filho ilustres —estes aliás de grande relevância quanto a este último caso específico uma vez que terão, provavelmente, ligação familiar ao dedicante de Terena.² São *Sextus Cocceius Seuerianus Honorinus*, *consul suffectus* em 147 e *proconsul* da *prouincia Africa* em 162/163, e *Cocceius Honorinus*, seu filho, que, durante o proconsulado do pai em *Africa*, foi *legatus pro praetore* e *praetor designatus* (situação que era comum: Bérenger 2012). A dedicatória a *Endouellicus* apresenta particularidades que apontam para uma elevada cultura latina, com contornos literários pouco habituais no contexto votivo deste santuário, e a onomástica poderá mesmo remeter este dedicante para Roma (*IRCP* 492) ou até para o mundo oriental (Guerra 2010, 117).³ Em todo o caso, tais particularidades são exógenas relativamente às usuais práticas epigráficas na *Hispania*. A possível afinidade entre os *Cocceii Honorini* pai e filho e o dedicante de Terena já foi apontada (*PIR* C 1218), e Alföldy 1999, 274 escreve que *Sextus Cocceius Seuerianus Honorinus* era provavelmente um descendente de *Marcus Cocceius Seuerus*, *primus pilus* da *legio IX Hispana* e *praefectus* da *legio X Gemina*, que esteve localizada na região de Turim. A epígrafe de *Marcus Cocceius Seuerus*, actualmente no Museu de Turim, terá vindo de um povoado próximo denominado *Industria* (*CIL* V 7159), onde estariam estabelecidos os *Cocceii* locais. A referida ligação à *legio IX Hispana* poderá porventura ser relevante, como também o facto de o *cognomen Honorinus* ser, aparentemente, muito raro fora da Península Itálica (com apenas três ocorrências, todas hispânicas, registadas no *OPEL* II 185). *Cocceius* foi também o *nomen gentilicium* de Nerva, imperador entre 96 e 98.

² Embora existam diversos outros *Cocceii* na epigrafia hispânica, sobretudo na *Lusitania* (González 2001, 391). No entanto, a *gens Cocceia* pertence igualmente à lista de “fósseis onomásticos” (*AALR* 409); e em Idanha-a-Velha, por exemplo, surge também associada a *cognomina* que poderão remeter para a realidade itálica (*Lucius Cocceius Italicus* e *Cocceia Sabini filia Sabina*).

³ Este quadro poderá invalidar a utilização dos epítetos presentes na epígrafe (*praestantissimi et praesentissimi numinis*) como critério para uma datação tardia (como em González 2001, 244).



Faião

1. LVRBEDA[E] / RVTILIA AVIT[A] / PRO SALVT[E] / M. GELLI(i) HON[O]/RINI FILI(i) SV[I] / EX VOTO P[OS(ui)] / L.M.; RAP 153.

Covas dos Ladrões

2. [IL]VRBED[A/E] AVI[TIA]/NVS [A]VI/[TI] F. A.L./S.; RAP 154.
3. ILVRBE/DAE G(aius?) V(...) PATERNVS / A.L.P.; RAP 155.

San Martín del Trevejo

4. ILVRBEDAE / CAPITO / COELAI F. / V.S.L.M.; FE 86, 2007, 391.

Lerilla

5. QVADRATVS / SV(a)E ILVR/BEDAE / V.S.L.M. // [ILVRBEDAE?] / SACRVM / V.S.L.M.; HEP 11, 2001, 430.

La Alberca

6. ALBINVS · [C?]/[I?]LI F. ILVR/BEDAE [...] / [...]VM[...] / S.L.A.; FE 84, 2006, 377.

Segoyela de los Cornejos

7. ILVRBEDA[E] / SACRVM / Q. MANILIVS / FACVNDVS / V.S.L.A.; AE 1985, 543.

Narros del Puerto

8. [I]LVRBE/[D]A(e) ATT+ / + V.S.; FE 76, 2004, 337.
9. REBV[RRVS] / BEDAC(iqum) L(aribus?) V(ialibus?) / [I]LVRBEDA[E] V.S.L./M.; FE 76, 2004, 337.

Fig. 4. Mapa da *prouincia Lusitania* com a distribuição dos testemunhos epigráficos relativos a *Ilurbeda* (adaptado de Hernando 2005, 161).

Podemos assim, ao analisar a ara do Faião, pensar sem grandes riscos em descendentes de ilustres famílias imigrantes itálicas. Tal é, aliás, coerente com o grande porte do monumento, indicador só por si do poder económico de *Rutilia Auita*, que o dedica pela saúde do seu filho. Pertenceriam assim à elite urbana de *Olisipo* que também se ocupava de actividades no mundo rural (Reis 2015, 38), geralmente nas suas *uillae*, neste caso específico provavelmente no próprio *uicus* que terá existido no Faião.

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DIVINDADE

Ilurbeda tratar-se-ia, sem dúvida, de um poder protector (como define Encarnação 2008, 358, e como, aliás, a inscrição do Faião bem demonstra), mas a tentativa de aprofundar esta sua função acarreta grandes dificuldades.

Hernando 2005 apresenta de forma detalhada o estado da questão quanto aos testemunhos epigráficos conhecidos da divindade (a que acresce uma ara entretanto identificada em San Martín de Trevejo, Cáceres: *FE* 86, 2007, 391). As diversas pistas espalham-se ao longo da Península Ibérica, uma vez que, sob o ponto de vista linguístico, parece haver uma filiação no Ibérico (Hernando 2005, 155-157), embora seja igualmente defendido o celtismo do teónimo (Prósper 2011). É também possível a ligação ao topónimo *Ilurbida* (Cardim 2002; Hoz, Fernández e Luján 2011, 216) que, segundo Ptolomeu (II, 6, 56), seria uma cidade⁴ na *Carpetania*, no centro da Península Ibérica, região vizinha, a oriente, dos territórios vetões (e portanto não em território ‘ibérico’). O elemento *beda* detecta-se por vezes na toponímia coeva da romanidade, tendo muito possivelmente uma origem céltica, como no caso de *Beda Vicus* (actual Bitburg), na *Germania Inferior* (Faliyev 2010, 69). Não esquecendo também o dedicante da epígrafe de Narros del Puerto dedicada *L(...)* *V(...)* [*I*] *Ilurbeda[e]* (*FE* 76, 2004, 337), *Reburrus*, que se identifica com o etnónimo *Bedac(iqum)*.⁵ Solana e Hernández 2000, 176 classificam *Ilurbeda* como divindade feminina protectora de comunidades humanas, estabelecendo a relação com a raiz *ilur-/ildur-* presente na onomástica pessoal e na toponímia das cidades ibéricas.

Em 2000 foi identificado um conjunto de aras ou ámulas na igreja paroquial de Nuestra Señora de la Asunción, em Narros del Puerto, Ávila (*FE* 76, 2004, 336-346). Seis estavam anepígrafas ou em situação ilegível, uma tinha uma inscrição votiva omitindo o nome da divindade, outra era consagrada a Júpiter, duas possuíam dedicatória a *Ilurbeda* (uma das quais com o teónimo precedido pelas iniciais *L V*) e outra era dedicada aos *Lares Viales*. Foi esta a base que levou Hernando 2005 a apresentar como hipótese

⁴ Também Russel Cortez achou que *Ilurbeda* era divindade tutelar de um povoado (*apud* Encarnação 2008, 356), a partir de um desenvolvimento certamente erróneo da inscrição *AE* 1955, 255 = 1961, 342.

⁵ Etnónimo este já conhecido a partir de um triplo epitáfio de Medinaceli, Sória, hoje desaparecido (*CIL* II 5789).

que o elemento L V da inscrição a *Ilurbeda* referida (FE 76, 2004, 338) se possa desdobrar em *Laribus Vialibus*, o que se traduziria numa dedicatória dupla, a *Ilurbeda* e aos *Lares Viales*. Assim, de acordo com a investigadora (que tem em conta os diversos locais onde há presença de epígrafes dedicadas a *Ilurbeda*, bem como a suposta associação com os *Lares Viales*), esta divindade poderia hipoteticamente estar relacionada com viagens ao longo de rotas ou passagens difíceis, nomeadamente em ambiente montanhoso. Também Olivares refere esta articulação (FE 86, 2007, 391), embora ache a ligação feita por Hernando Sobrino não muito evidente nem muito provável, salientando com inteira pertinência que a possível associação de *Ilurbeda* com os *Lares Viales* numa mesma ara não implica que as divindades partilhem funções semelhantes.

Com base na monumentalidade e na qualidade da ara de Segoyela de los Cornejos (e considerando ainda a quantidade relativamente elevada de inscrições a esta divindade na área), Olivares Pedreño (Olivares 2002, 50; 2007b, 149; FE 84, 2006, 377) propôs que a zona de Salamanca fosse o centro originário do culto de *Ilurbeda*. As duas ámulas encontradas nas Covas dos Ladrões poderiam dever-se a um fenómeno de migração causado pela chegada de trabalhadores forâneos às minas e, ainda segundo este autor, a epígrafe do Faião haveria de ser explicada ou por má leitura ou igualmente pela migração. Também Prósper 2011, 55 afastou a ara do Faião da sua análise com base na ininteligibilidade do texto.

Considerando agora, porém, dissipadas as dúvidas quanto à identificação do teónimo da ara do Faião com *Ilurbeda*,⁶ há que chamar a atenção para uma particularidade: várias das inscrições dedicadas a esta divindade apresentam características de rusticidade, por vezes muito pronunciadas, tanto no suporte como na grafia, como, mesmo, na onomástica dos dedicantes, de pendor fortemente indígena (*Albinus [Ci?]li f(i)lius*); *Aui[tia]nus [A]ui[ti] f(i)lius*); *Rebu[rrus] Bedac(i)qum*).⁷ Fora essas, uma das ámulas da Cova dos Ladrões (AE 1955, 255 = 1961, 342) e a ara de San Martín de Trevejo, Cáceres (FE 86, 2007, 391), são de relativamente boa execução, embora a de Cáceres apresente um dedicante de onomástica indígena (*Capito Coelai f(i)lius*). Nenhuma das epígrafes, porém, partilha da qualidade da de Segoyela de los Cornejos, com a excepção da do Faião, que não só se encontra exarada no maior de todos estes monumentos como evidencia, apesar do grande desgaste sofrido, a boa técnica de gravação e a regularidade das letras.

Não deixa de ser algo enigmático que uma família da elite olisiponense, presumivelmente de matriz cultural fortemente itálica, recorra (na pessoa de *Rutilia Auita*) a uma relativamente obscura divindade hispânica

⁶ Identificação essa já antes aceite, aliás, por diversos autores, como por exemplo Hernando 2005, 160; Encarnação e Guerra 2010, 105.

⁷ Outra inscrição muito rústica de Narros del Puerto apresenta como dedicante *Att(...)*, decerto *nomen unicum*. No mesmo local há outra ara de teónimo omisso dedicada por *Atta Lugua* (FE 76, 2004, 340).

para a protecção de um dos seus. Porquê, de facto, a escolha de *Ilurbeda*? Poderia a divindade ter um culto mais generalizado do que a epigrafia remanescente permite constatar? Poderia a sua esfera de acção divina ser tão específica que se apropriasse particularmente à situação de *Marcus Gellius Honorinus*? Poderia este, por hipotético exemplo, ter regressado de uma viagem arriscada em relação à qual a sua mãe teria pedido protecção, e portanto ser este o âmbito próprio de *Ilurbeda*? Poderia ter ele padecido de uma qualquer enfermidade que tivesse motivado o voto a *Ilurbeda* e ter esta portanto um poder salutífero?

Ou, em vez disto, seria o seu culto específico do local de onde esta família proviria, tendo-se mantido assim uma relação devocional? *Ilurbeda* poderia, como vimos, ser uma divindade tutelar da cidade carpetana homónima,⁸ consagrada no Faião por migrantes daí provenientes. Porém, a aparente pertença da família presente nesta ara a uma elite fortemente romanizada e mesmo de provável ascendência itálica, juntamente com a maioritária fixação das *gentes Rutilia* e *Gellia* em locais de mais antiga e avançada romanidade (*prouincia Baetica, Olisipo, Tarraco, Emerita, Balsa*, etc.), bem como, tanto quanto sei, a sua ausência no panorama epigráfico da zona da *Carpetania*, parecem, no caso da epígrafe do Faião, retirar força à hipótese de um grupo familiar migrante originário da cidade a que alude Ptolomeu. Seja como for, a dispersão de dedicatórias e, até agora, a sua completa ausência na zona da *Carpetania* (mesmo sem pensar que a etimologia poderá, talvez, remeter a origem da divindade ainda mais para o oriente da Península Ibérica), parecem ser pouco coerentes com a possibilidade da função tutelar sobre um povoado. Também a leitura ora proposta da ara do Faião não se afigura particularmente compatível com tal hipótese.

Uma das epígrafes dedicadas a *Ilurbeda* tem, aliás, um sugestivo elemento que poderá apontar sim para uma função tutelar da divindade, mas a nível pessoal: trata-se da ara que se presume proveniente de Lerilla (*HEp* 11, 2001, 430; Hernández 2001, 25, nº 14, e estampa IV), que apresenta inscrições na face frontal e na lateral esquerda, sendo a principal: *Quadratus / su(a)e · Ilur/bedae / u(otum) · s(oluit) · l(ibens) · m(erito)*. Este *su(a)e* seria expectável numa divindade de tipo *genius / iuno*, e é um dado que não deve ser desprezado quando tentamos analisar as poucas pistas de que dispomos com o objectivo de compreender as funções da deidade em análise.

Parecendo então bastante frágil a suposição de que estejamos na presença de uma família vinda de um local do interior da *Hispania* que consigo tenha trazido o culto a *Ilurbeda*, talvez uma hipótese mais viável possa relacionar-se com o seguinte cenário:

Os indivíduos cuja memória a ara do Faião perpetua, plenamente romanos, de origem itálica e de elevado estatuto, residiam agora num local rural,

⁸ Também entre os *Igaeditani* era cultuado o deus *Igaedus* (*AE* 1967, 137). Outros possíveis exemplos serão *Tameobricus/Tameobriga* e *Durbedicus/Durbedis* (*Alarcão* 2004, 198-199, 204).

porém de intensa actividade e por certo com considerável número de *peregrini* aí conjuntamente estabelecidos, devido ao importante *pagus marmorarius* que terá existido neste lugar (Cardim 2013, 358-362). No contexto Hispânico, foi nas grandes pedreiras que se verificaram mais marcadamente manifestações de cultos oriundos de outros locais peninsulares, explicáveis pela vinda de trabalhadores imigrantes (Olivares 2015, 264). Podemos então conjecturar uma família que aí se fixe porventura por via das suas actividades económicas e que, num momento de necessidade, e de acordo com concepções intrínsecas da cultura romana, escolha como alvo da sua *pietas* um poder divino percebido como local, ligado pois ao mundo que ora os acolhe; neste caso, *Ilurbeda*, divindade de origem paleohispânica cultuada pela população de matriz indígena aí presente, que —ela sim— teria grandes afinidades com a *Lusitania interior*.⁹

Este processo parece ter acontecido, no âmbito do *ager Olisiponensis*, com pelo menos outra deidade. Trata-se esta de **Triborunnis*, conhecida a partir de uma ara (FE 14, 1985, 59) encontrada na *uilla* romana de Freiria, São Domingos de Rana, e dedicada por *Titus Curiatius Rufinus*. Muito provavelmente, o teónimo patente nesta inscrição constituirá uma mera variante onomástica da divindade lusitana **Trebarunes/-is*, **Trebaronnes*, havendo ainda, em Coria, Cáceres, uma ara, com inscrição marcadamente rústica e dedicante de onomástica indígena, dedicada *T[r]ebaroni* (HAE 342; 945; 1504). A dita rusticidade e a origem paleohispânica do teónimo não obstam a que, também na região de Cáceres, tenha sido lavrada num lintel uma imponente inscrição, com *tabula ansata* e letras de grande qualidade, consagrada *Aug(ustae) Trebar[une]* por um duúnviro de *Capera*, durante a dinastia Flávia (HEp 12, 2002, 93; HAE 2574). É interessante, até, verificar a relativa proximidade geográfica de ocorrências epigráficas de *Ilurbeda* com **Trebarunes* e variantes que, com excepção das epígrafes do Faião e de São Domingos de Rana, respectivamente, se encontram de facto todas elas espalhadas por uma ampla mancha do interior da *prouincia Lusitania* que coincide em certa medida com um território que podemos identificar como faixa de transição entre Lusitanos e Vetões (com as ámulas de Covas dos Ladrões já um pouco excêntricas, a oeste). De facto, a tentativa de definição de uma fronteira cultural rígida e linear entre Lusitanos e Vetões será uma visão demasiado simplista de um problema sem dúvida muito mais complexo no tempo e no espaço.¹⁰

O dedicante da *uilla* de Freiria tem a particularidade de a *gens* a que pertence (tal como a *Rutilia* e a *Gellia*, no monumento do Faião) pertencer

⁹ Possuímos, na realidade, outras indicações dessa ligação particular entre a população do *ager Olisiponensis* e as zonas da Beira Interior e de Cáceres, nomeadamente a antroponímia, além da teonímia (Guerra 2003, 141-143, 146; Cardim 1988, 215, 222).

¹⁰ Veja-se, a propósito, Hoz, Fernández e Luján 2011, sobretudo 199-202 e 216. Os autores concluem inclusivamente por uma unidade lusitano-vetona no campo das divindades (215), embora haja problemas de especial complexidade quanto à distribuição teonímica dentro do território vetão (217, 219).

ao repertório de “fósseis onomásticos” certamente indicadores de origem itálica (*uid. supra*). Estaríamos assim, também aqui, perante um imigrante itálico (ou descendente próximo) que, instalando-se num local propício ao desenvolvimento das suas actividades (como seria a fervilhante zona rural de *Olisipo*, particularmente na sua franja litoral: Guerra 2003, 141), pede autorização de fixação à divindade local, que ele entende ser o deus ancestral ali cultuado —decerto alvo de *pietas* por elementos da população de origem peregrina aí existente—,¹¹ tendo em vista a obtenção da sua protecção divina (opinião formulada por Encarnação 2010, 137, nota 30). De modo semelhante se poderá explicar que uma família de proveniência ou matriz igualmente itálica, igualmente na zona rural do *municipium*, recorra outrossim a um ente divino vindo das profundezas da *prouincia Lusitania* e de carácter arraigadamente autóctone como será *Ilurbeda*, a dado tempo implantado no *pagus marmorarius* do Faião por migrantes oriundos da Lusitânia interior.

6. DIVINDADE DO ÂMBITO MINEIRO?

Ao considerar que a explicação para a presença das ámulas nas Covas dos Ladrões, fora do território vetão, poderá ser a vinda de imigrantes para trabalhar nas minas, Olivares 2007b, 149-150 conjectura que estes poderiam ter experiência mineira, uma vez que a maioria das inscrições a *Ilurbeda* surge na zona da Sierra de Francia, ao redor das minas de ouro de Las Cavenes de El Cabaco.

Há porém um outro cenário que esta constatação sugere: o de que, afinal, *Ilurbeda* seja uma divindade adequadamente cultuada em contexto mineiro.¹² Assim se poderia explicar o facto de as epígrafes consagradas a *Ilurbeda* aparecerem sempre relacionadas com este específico universo. E explicar, também, a sua presença no Faião, pois neste local existiria, como atrás se disse, uma importante exploração de calcário lioz. Quer as pedreiras quer as minas eram grandes empresas de extracção de material mineral do interior da terra, com afinidades evidentes, e um importante elemento da economia do Império, com forte componente administrativa e logística associada. Na óptica da simbólica religiosa, ambas as actividades remetem para o mesmo mundo, a obtenção de riquezas a partir dos recursos subterrâneos, o que poderia conceder a *Ilurbeda* uma conotação ctónica, infernal. Ao investigar sob o ponto de vista linguístico o nome da divindade, Prósper 2011, 58 equaciona o segundo elemento com **bedo-*, que em Celta significaria ‘mina’ ou ‘pedreira’. O sentido semântico deste elemento linguístico parece aliás ser mais genérico, designando ‘cova’ ou ‘vala’, tendo originado o Francês *bief*, ‘canal’, através do Gaulês (estendendo-se o significado a ‘túmulo’ e ‘cama’).

¹¹ Também na zona de S. Domingos de Rana, onde se encontra a *uilla* de Freiria, poderá ter havido exploração de pedra em época romana (Encarnação 1994, 74-75), que terá naturalmente atraído mão-de-obra exterior.

¹² Também Salinas 2010, 49 escreve, em relação a algumas das epígrafes, que seriam elas articuláveis com explorações mineiras. E Prósper 2011 analisa profundamente este tema.

Será derivado da raiz proto-indoeuropeia **b^hed^h-*, ‘escavar’, que também deu origem ao latim *fodio*, *-ere*, com o mesmo sentido (Delamarre 2003, 70; Matasović 2009, 59-60). Parece, assim, plausível relacionar a presença da epígrafe do Faião com as pedreiras locais.

Se esta hipótese estiver correcta, a ligação da divindade à mineração exclusivamente aurífera proposta por Prósper 2011, 55-57 será errónea. A análise desta autora quanto ao elemento *-beda* parece sólida e bem fundamentada, faltando apenas, como vimos, considerar o alargamento do respectivo campo semântico de acordo com o significado etimológico original. O seu raciocínio quanto a *ilur-*, sendo plausível, parece-me no entanto muito mais especulativo e hipotético (as dificuldades são reconhecidas pela autora, Prósper *ibid.*, 62). Sobretudo em tais casos devem as propostas linguísticas ser complementadas e corroboradas por outras fontes, arqueológicas e não só. E o elemento *ilur-*, de duvidosa filiação indo-europeia (apesar da proposta do seu celtismo em Prósper 2011, 60-69), terá, em rigor, um sentido que por ora nos escapa. Pode, no entanto, ser encontrado em outros teónimos, como no caso do deus *Iluro* (*Deo Iluroni*, *CIL* XIII 154) em Toulouse. Este poderá estar relacionado com o topónimo aquitano *Iluro* / *ciuitas Iluronensium* (actual Oloron; ver também, muito próximo, em Urdos, nos Pirenéus, *Iluro*, *CIL* XIII 8894); com *Iluro*, actual Mataró, perto de Barcelona; e com o etnónimo *Iluronenses* da *Baetica* (Gorrochategui 1984, 336). Também *Ilurberrixo* (*CIL* XIII 23) terá sido divindade cultuada em Lérida, na Catalunha, tendo-lhe sido atribuída por erro uma origem aquitana (Gorrochategui *ibid.*, *loc. cit.*).

De facto, se na zona onde foram descobertas as árulas de Góis existiria exploração antiga de ouro, também na verdade a haveria de prata, cobre, chumbo, zinco, etc. (realidade à qual se refere Olivares 2002, 50). Ferreira 1952, 192 dava já ênfase às minas de ouro da Escádia Grande (entendendo por esta designação as minas da Serra da Lousã no seu conjunto) ao mencionar o achamento de ferramentas em ferro e as árulas dedicadas a *Ilurbeda*. Comentando esta publicação, Nunes 1957, 1-3 explicita mais precisamente que, na realidade, as ferramentas apareceram numa mina do lugar dos Polvorais, e as árulas nas Covas dos Ladrões, designação de uma outra do Alto das Cabeçadas, juntamente com fragmentos vários de cerâmica romana, a 12 metros de profundidade, num poço de secção quadrangular. Devido à suspensão dos trabalhos arqueológicos, a desobstrução deste poço não foi concluída, e nem sequer foi iniciada a remoção dos escombros de uma “galeria horizontal aberta a meia altura de uma das paredes verticais do mesmo”. Antes disto, foram publicadas (Teixeira 1946) três lucernas romanas encontradas numa galeria das minas da Escádia Grande, na mesma região, onde havia um “filão contendo sulfuretos arsenoargentíferos”. Estavam colocadas “em nichos, nos hastiais das galerias, abertos 1 m 20 acima do solo e distanciados cerca de 2 m uns dos outros”. A complexa natureza mineira desta zona não se reduz, portanto, às minas auríferas.

Ilurbeda será pois uma divindade originária da *Lusitania* interior, intrinsecamente relacionada com a própria actividade de extracção e não apenas um culto ocasionalmente transportado pela imigração que as minas atraíam.¹³

7. CONCLUSÃO

De acordo com a imagem que os dados presentes têm vindo a possibilitar, podemos pensar que a grande ara dedicada a *Ilurbeda* por *Rutilia Auita* em cumprimento do voto feito pela saúde do seu filho, *Marcus Gellius Honorinus*, estará muito possivelmente ligada a uma família de elevado estatuto social, centrada neste caso num casal que une as *gentes Rutilia* e *Gellia*. A hipótese de que ambas tenham estado relacionadas por laços familiares estreitos na *Lusitania*, por alturas dos séculos I e II d.C. ganha assim mais força. Estes laços poderão porventura derivar de afinidades relacionadas com o seu comum prestígio social, origem itálica, negócios, entre outros eventuais factores. Ambas as *gentes* terão fornecido membros proeminentes da sociedade em *Olisipo* e no seu território rural, bem como em *Balsa*. Não será demasiado arrojado depreender uma ligação familiar mais ou menos próxima unindo os pais de *Marcus Gellius Honorinus* ao duúnviro que cumpria o seu cargo na cidade de *Felicitas Iulia Olisipo* em 121 d.C.¹⁴

A escolha de *Ilurbeda* enquanto poder protector terá porventura a ver com a ligação desta família a actividades vinculadas à exploração das pedreiras locais e à sua residência nesta mesma área, assumindo-se de alguma forma esta divindade como de cariz tutelar e, assim, adequada à obtenção de *salus* relativamente a alguém que viveria e/ou trabalharia naquele específico *pagus marmorarius*.

BIBLIOGRAFIA

- AALR: M. Navarro e J.L. Ramírez (eds.), *Atlas Antroponímico de la Lusitania romana*, Mérida-Bordeaux 2003.
- Abascal 1994: J.M. Abascal, *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Murcia 1994.
- Alarcão 2004: J. de Alarcão, “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia II”, *RPA* 7.2, 2004, 193-216.
- Albertos 1964: M.L. Albertos, “Nuevos antropónimos hispánicos”, *Emerita* 32, 1964, 209-252.
- Alföldy 1999: G. Alföldy, *Städte, Eliten und Gesellschaft in der Gallia Cisalpina: Epigraphisch-historische Untersuchungen*, Stuttgart 1999.

¹³ Como Olivares 2007b, 149-156 propõe para o caso do deus *Cossue*, entre outros.

¹⁴ Nada, no monumento do Faião, impede propor a sua atribuição ao primeiro quartel do séc. II d.C.

- Bérenger 2012: A. Bérenger, “Le gouverneur de province et ses légats: délégations de pouvoirs et de compétences sous le Haut-Empire romain”, in: A. Bérenger; F. Lachaud (eds.), *Hiérarchie des pouvoirs, délégation de pouvoir et responsabilité des administrateurs dans l’Antiquité et au Moyen Âge*, Metz 2012, 179-198.
- Cadiou e Navarro 2010: F. Cadiou e M. Navarro, “Les origines d’une présence italienne en Lusitanie”, in: J.-G. Gorges e T. Nogales (eds.), *Naissance de la Lusitanie Romaine (I^{er} A.C.-I^{er} P.C.)*, Toulouse-Mérida 2010, 253-292.
- Cardim 1983: J. Cardim Ribeiro, “Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*”, *Sintria* 1-2, 1982-83, 151-476.
- Cardim 2002: J. Cardim Ribeiro, *Religiões da Lusitânia - Loquuntur Saxa*, Lisboa 2002.
- Cardim 2013: J. Cardim Ribeiro, “Ptolomeu, *Geogr.* II 5, 6: XPHTINA ou *APHTINA?”, in M.C. Pimentel e P.F. Alberto (eds.), *Vir bonus peritissimus aequae*, *Estudos de homenagem a Arnaldo do Espírito Santo*, Lisboa 2013, 343-379.
- Cardozo 1961: M. Cardozo, “Novas inscrições lusitano-romanas do Museu de São Miguel de Odrinhas (Sintra)”, *Revista de Guimarães* 71.3-4, 1961, 267.
- Delamarre 2003: X. Delamarre, *Dictionnaire de la langue gauloise: Une approche linguistique du vieux-celtique continental*, Paris 2003² [2000].
- Dias 1989: M.M.A. Dias, “A propósito de duas inscrições romanas da Quinta de Torre d’Ares (Luz, Tavira)”, *O Arqueólogo Português* 4.6/7, 1988-89, 241-262.
- Encarnação 1975: J. d’Encarnação, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal*, Lisboa 1975, 200-203.
- Encarnação 1985: J. d’Encarnação, “Ara votiva a Triborunnis (*Conventus Scallabitanus*)”, *FE* 14, 1985, n.º 59.
- Encarnação 1994: J. d’Encarnação, *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Cascais 1994.
- Encarnação 2008: J. d’Encarnação, “Octávio Veiga Ferreira. Percursos em Cascais e pela arqueologia clássica”, in: *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira, Estudos Arqueológicos de Oeiras* 16, 2008, 351-362.
- Encarnação 2010: J. d’Encarnação, *Epigrafia: As Pedras que Falam*, Coimbra 2010² [2006].
- Encarnação e Guerra 2010: J. d’Encarnação e A. Guerra, “The current state of research on local deities in Portugal”, in J. Arenas (ed.), *Celtic Religion across Space and Time*, Castilla-la-Mancha 2010, 95-112.
- Falileyev 2010: A. Falileyev (em colaboração com A.E. Gohil e N. Ward), *Dictionary of Continental Celtic Place-Names*, Aberystwyth 2010.
- Ferreira 1952: O. da V. Ferreira, “Ara votiva da Lousã”, *Revista de Guimarães* 62.1-2, 1952, 192-195.
- Fontes e Almeida 1979: J. Fontes e F. Almeida, *Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas. Catálogo*, 1979⁴ [1955].

- González 2001: M. González, *La promoción social de las elites del poder lusitanorromanas y su presencia en los círculos dirigentes de Roma, Siglos I-III*, Tese de doutoramento, Universidad de Oviedo 2001.
- Gorrochategui 1984: J. Gorrochategui, *Estudio sobre la Onomástica Indígena de Aquitania*, Bilbao 1984.
- Guerra 2003: A. Guerra, “Algumas notas sobre o mundo rural do território olisiponense e as suas gentes”, in: A.R. Santos, N.S. Rodrigues, T. Kuznetsova-Resende e A. Guerra (eds.), *Mundo Antigo, Economia Rural*, Lisboa 2003, 123-150.
- Guerra 2010: A. Guerra, “Algumas considerações sobre divindades e espaços sagrados, de período romano, na região eborense”, in: F. Oliveira, J. Oliveira e M. Patrocínio (eds.), *Espaços e Paisagens, Antiguidade Clássica e Heranças Contemporâneas*, vol. 3: *História, Arqueologia e Arte*, Coimbra 2010, 107-120.
- Hernández 2001: L. Hernández, *Epigrafía de Época Romana de la Provincia de Salamanca*, Valladolid 2001.
- Hernando e Gamallo 2004: M.R. Hernando e J.L. Gamallo, “Un santuario romano en Narros del Puerto, Ávila (*Conventus Emeritensis*)”, *FE* 76, 2004, nº 336-346.
- Hernando 2005: M.R. Hernando, “A propósito del teónimo *Ilurbeda*, Hipótesis de trabajo”, *Veleia* 22, 153-164.
- Hoz, Fernández e Luján 2011: J. de Hoz, F. Fernández, e E.R. Luján, “La “frontera religiosa” y los teónimos indígenas de la *Hispania* central y oriental”, *Sintria* 3-4, 2011, 195-238.
- IRCP: J. d’Encarnação, *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Coimbra 1984.
- Kajanto 1982: I. Kajanto, *The Latin Cognomina*, Helsinki 1982² [1965].
- Matasović 2009: R. Matasović, *Etymological Dictionary of Proto-Celtic*, Leiden-Boston 2009.
- Navarro 2006: M. Navarro, “L’émigration italique dans la Lusitanie côtière: une approche onomastique”, in: A. Caballos e S. Demougin (eds.), *Migrare. La Formation des Élités dans l’Hispanie Romaine*, Bordeaux 2006, 69-100.
- Nunes 1957: J. de C. Nunes, *Materiais arqueológicos do concelho de Góis, II. Nova ara dedicada a Ilurbeda*, Separata de Arquivo Historico de Góis, 1957, nº 5.
- Olivares 2002: J.C. Olivares, *Los Dioses de la España Céltica*, Madrid 2002.
- Olivares 2006: J.C. Olivares, “Ara votiva de La Alberca (Salamanca) dedicada a *Ilurbeda*”, *FE* 84, 2006, nº 377.
- Olivares 2007a: J.C. Olivares, “Ara votiva de San Martín del Trevejo (Cáceres) dedicada a la diosa *Ilurbeda*”, *FE* 86, 2007, nº 391.
- Olivares 2007b: J.C. Olivares, “Hipótesis sobre el culto al dios *Cossue* en El Bierzo (León): explotaciones mineras y migraciones”, *PalHisp* 7, 2007, 143-160.

- Olivares 2015: J.C. Olivares, “Los emigrantes en las áreas mineras y las ciudades de Hispania: religión, identidades y difusión cultural”, *Gerión* 33, 2015, 261-283.
- OPEL I: B. Lörincz e F. Redö (eds.), *Onomasticon Provinciarum Europae Latinarum*. Vol. 1: *Aba - Bysanus*, Budapest 1994.
- OPEL II: B. Lörincz (ed.), *Onomasticon Provinciarum Europae Latinarum*. Vol. 2: *Cabalicius - Ixus*, Wien 1999.
- Pires *et al.* 2014: H. Pires, J. Fonte, L. Gonçalves-Seco, M.J.C. Santos e O. Sousa, “Morphological Residual Model: A Tool for Enhancing Epigraphic Readings of Highly Eroded Surfaces”, in: S. Orlandi, R. Santucci, V. Casarosa e P.M. Liuzzo (eds.), *Information Technologies for Epigraphy and Cultural Heritage*, Roma 2014, 133-144.
- Prósper 2011: B.M. Prósper, “The Hispano-Celtic Divinity ILVRBEDA, Gold Mining in Western Hispania and the Syntactic Context of *arkatobezom* ‘Silver Mine’”, *Die Sprache* 49.1, 2011, 53-83.
- Reis 2015: S.H. Reis, “Uma análise da Epigrafia Votiva de *Olisipo*: contributo para um estudo das interações culturais no *municipium*”, *Al-Madan* online 2.^a série, 20 (tomo 1), 2015, 34-40.
- RAP: J.M. Garcia, *Religiões Antigas de Portugal, Aditamentos e Observações às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos, Fontes Epigráficas*, Lisboa 1991.
- Salinas 2010: M. Salinas, “La epigrafía latina de la provincia de Salamanca como fuente para el estudio de los santuarios rurales”, *Iberografías* 6, 2010, 45-53.
- Silva 1944: A.V. Silva, *Epigrafia de Olisipo: Subsídios para a História de Lisboa Romana*, Lisboa 1944.
- Solana e Hernández 2000: J.M. Solana; L. Hernández, *Religión y Sociedad en Época Romana en la Meseta Septentrional*, Valladolid 2000.
- Teixeira 1946: C. Teixeira, “Minas romanas da Serra da Lousã”, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia* 10.3-4, 1946, 243-247.
- Untermann 1965: J. Untermann, *Elementos de un atlas antroponímico de la Hispania antigua*, Madrid 1965.
- Vallejo 2005: J.M. Vallejo Ruiz, *Antroponimia indígena de la Lusitania romana*, Vitoria 2005.

Ricardo Campos
Universidade de Lisboa
correo-e: rnpmc@yahoo.com

Fecha de recepción del artículo: 24/04/2017 Fecha de aceptación del artículo: 10/03/2018
